



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
SECRETARIA NACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA
DEPARTAMENTO DE APOIO AO CONSELHO NACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA E AO
COMITÊ INTERMINISTERIAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Grupo Técnico de Natureza Temporária com o objetivo de elaborar proposta de regulamentação e implementação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões - SBCE (GTT/SBCE).

6ª REUNIÃO GTT SBCE

Data: 19 de março de 2024 - das 9h às 11h

Local: Ministério da Fazenda, Bloco P, sala na sala R1 e R2, 3º andar.

Membros presentes:

Órgão	Representante	Cargo
Ministério da Fazenda	Cristina Fróes de Borja Reis (Titular)	Subsecretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável da Secretaria de Política Econômica
	José Pedro Bastos Neves (Suplente)	Coordenador-Geral de Estrutura Produtiva e Sustentável da Secretaria de Política Econômica
Presidência da República - Casa Civil	Diogo Victor Santos (Titular)	Assessora Técnica na Secretaria Adjunta IV da Secretaria Especial de Análise Governamental
Ministério da Agricultura e Pecuária	Adriano Santhiago de Oliveira (Titular)	Coordenador-Geral de Mudanças Climáticas, Florestas Plantadas e Agropecuária Conservacionista
	Luis Eduardo Pacifici Rangel (Suplente)	Auditor Fiscal Federal Agropecuário - CGMC/DEPROS/SDI-MAPA
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	Antônio Marcos Mendonça (Titular)	Coordenador de Mudanças Ambientais Globais
Ministério do Desenvolvimento	Vinicius M.T. de Freitas	

o Agrário e Agricultura Familiar		
Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Beatriz Soares da Silva (Titular)	Coordenadora-Geral de Finanças Verdes
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Átila de Azevedo Caparrosa (Suplente)	Coordenador-Geral de Sustentabilidade e Adaptação e Mudanças Climáticas
Ministério de Minas e Energia	Leandro de Oliveira Albuquerque (Titular)	Assessor Especial
Ministério de Planejamento e Orçamento	Luciana Machado Teixeira Fabel (Suplente)	DIATPS/Secretaria Nacional de Planejamento/MP
AGU	Mariana Barbosa Cirne (Titular)	Procuradora-Chefe da Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e Meio Ambiente
	Priscila Gonçalves de Oliveira (Suplente)	Chefe de Serviço de Defesa do Meio Ambiente, Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e Meio Ambiente

Convidados presentes:

Órgão	Representante	Cargo
Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Gabriel Damasco do Vale	Analista de Pesquisa no Departamento de Patrimônio Genético e Cadeias Produtivas de Biomas e Amazônia (SEV/MDIC)
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Delio Noel Gomes Carvalho	Servidor
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Mario Henrique Rodrigues Mendes	Analista Ambiental
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Carlos Alexandre Príncipe Pires	EPPGG

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Leandro Gomes Cardoso	EPPGG
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Klenize Chagas Fávero	
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Heraldo Pires Junior	Analista Ambiental
World Bank	Guido Couto Penido Guimaraes	
Ministério de Planejamento e Orçamento	Hugo Torres do Val	
Ministério da Agricultura e Pecuária	Oscar Afonso da Silva Junior	
Presidência	Rejane Marques Mendes	
Ministério dos Transportes	Thiago Olante Casagrande	
Ministério de Povos Indígenas	Miguel Xavier	

PAUTA:

1 – Abertura dos trabalhos do GTT SBCE

A coordenação deste Grupo Técnico Temporário iniciou a reunião apresentando a pauta a ser discutida.

Após a abertura, foi iniciada a apresentação intitulada “Updating PMR Modeling Estimates: Socioeconomic Impacts of the Adoption of an Emissions Trading System as a part of Brazil's NDC implementation package”

2 – “Updating PMR Modeling Estimates: Socioeconomic Impacts of the Adoption of an Emissions Trading System as a part of Brazil's NDC implementation package” - Apresentação William Wills (EOS)

A apresentação foi iniciada contextualizando sobre o PMR Brasil, que trata conveniência e oportunidade da inclusão da precificação de emissões (via imposto e/ou mercado de carbono) no pacote de instrumentos voltados à implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) no pós-2020.

O objetivo do estudo é fornecer uma atualização de alto nível dos principais impactos socioeconômicos estimados da adoção de um Sistema de Comércio de Emissões (ETS) no Brasil. Isso será feito atualizando um conjunto de parâmetros selecionados usados no componente de modelagem do PMR, inclusive as metas da NDC brasileira, e estendendo o horizonte da simulação até 2050, no modelo central de Equilíbrio Geral Computável (CGE).

Argumentou-se que a ambição da NDC brasileira de alcançar a neutralidade de emissões até 2050 impõe um desafio significativamente maior do que as metas anteriores. Isso demanda uma revisão e expansão das medidas existentes, assegurando que o Brasil possa cumprir seus compromissos climáticos e contribuir para o esforço global de mitigação da mudança climática. Para tanto, são apresentadas as premissas adotadas baseadas em diversas variáveis econômicas, ambientais e sociais, as atualizações necessárias e os resultados esperados, considerando 3 cenários diferentes, baseados na adoção do SBCE e o cumprimento da NDC brasileira. Assim, a modelagem realizada apresentou resultados para o preço do carbono e emissões de GEE, arrecadação do mercado de carbono e offsets, evolução do PIB, taxa de investimento, taxa de desemprego e total de postos de trabalho e efeitos sobre a distribuição de renda.

A apresentação foi finalizada com conclusões e recomendações quanto ao cenário atual da PMR Brasil, e uma abertura para perguntas e comentários.

3 – Informes

Foi citado o novo Grupo de Trabalho sobre o Mercado de Carbono, do Comitê Técnico da Indústria de Baixo Carbono, no qual foi discutida em sua primeira reunião sobre o Projeto de Lei 412/22, que trata da implementação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). Foram citadas as pautas que serão tratadas ao longo do desenvolvimento do GT e mencionada a intenção de trazer as discussões para perto deste GTT/SBCE.

Ocorrerá um workshop no dia 27 de março de 2024 para cerca de 50 pessoas no Ministério da Fazenda, a respeito do PL 412/22 para os setores produtivos, desenvolvedores, financeiros e da indústria com o objetivo de esclarecer pontos sensíveis do projeto de lei em questão e ouvir as demandas do setor do agronegócio e do industrial. Os pontos sensíveis seriam as REDD+, natureza jurídica, NDCs, ITMOs, setores e semelhantes. Foram convidados para participar da mesa o Deputado Aliel Machado (PV-PR), a Senadora Leila Barros (PDT – DF), a Sra. Mariana Cine (AGU), um representante do MMA e o Sr. Adriano Santhiago (MAPA). Todas as pessoas interessadas em participar do workshop devem solicitar presença via e-mail para o MF.

Foi informado o início das aulas do curso da Adelphi e sobre o andamento do curso.

Foi comunicado sobre uma cooperação do GTT/SBCE com o Banco Mundial (BM), na qual uma das entregas é fazer um *roadmap* de implementação do PL 412/22, junto a Adelphi e LACLIMA, consultorias contratadas para esta finalidade. Para a realização da demanda

solicitada pelo BM, que será feita por etapas, ocorrerá uma consultoria para entregar o esboço do *roadmap* solicitado, com os representantes deste GTT. A data de realização desta reunião será no dia 19 de abril de 2024, com horário a ser combinado.

Foi informado sobre andamento da Nota Conceitual citada nas últimas reuniões. Esta nota está sendo realizada pelo Banco Mundial e deve ser enviado um esboço até o final da semana desta reunião para análise e correções, de maneira a ser apresentada no próximo encontro deste GTT.

Por fim, foi notificado que a Polícia Federal está interessada na evolução do PL do Mercado de Carbono para fins de controle, em relação ao *greenwashing*, crimes financeiros, crimes relacionados ao *new enforcement* na floresta e contratos voluntários. Foi comunicado ainda que a Polícia Federal poderia fornecer subsídio técnico quanto a questões relativas à fraude, tanto no funcionamento regulado quanto ao voluntário, assim como também subsidiar a própria formulação do projeto de lei, por meio de ofício solicitando o estudo.

4 – Conclusão e próximos passos

A reunião foi finalizada logo após os informes dados e foi confirmada a data da próxima reunião, dia 02 de abril de 2024, às 9h.